

# A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DA DEFICIÊNCIA E AS DIFICULDADES ATUAIS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

(2009)

**Taís Evangelho Zavareze**

Psicóloga - CRP 12/07644 - Brasil. Especialista em Avaliação Psicológica. Mestranda em Psicologia pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório Fator Humano - UFSC (Brasil)

Email:

[taiszareze@gmail.com](mailto:taiszareze@gmail.com)

---

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo resgatar por meio de uma revisão de literatura a construção histórica cultural da deficiência a fim de explicar as dificuldades atuais na promoção da inclusão. Conclui-se que o modelo educacional atual ainda exclui o que é considerado diferente na nossa sociedade. Dessa forma, salienta-se a necessidade de possibilitar a inclusão através da qualificação dos profissionais da educação.

**Palavras-chave:** histórico, pessoas com deficiência, inclusão

---

Pensar em pessoas com deficiência (PcD) hoje, consiste em retomar a história da educação especial e fazer referência aos diferentes momentos vivenciados ao longo dessa história.

Miranda (2003) ressalta que ao analisarmos a história da educação especial na Europa e América do Norte encontramos 4 fases de desenvolvimento que descreve a trajetória dos ditos “deficientes”.

A primeira fase corresponde a era pré-cristã. Nessa fase destacou-se a negligência, ou seja, os deficientes eram colocados à margem e não recebiam qualquer tipo de atendimento. Diante do fato de não se saber lidar com os corpos diferentes, a escolha era a eliminação desses.

Durante o período feudal, na era cristã o corpo diferente continua sendo relegado. O moralismo católico traduzia os deficientes como figuras representativas do pecado e as colocava diante da fogueira da inquisição.

A dicotomia entre corpo diferente/ alma reforçava a idéia da alma percebida como tempo de Deus e copo visto como “oficina do diabo”. A negligência com que eram tratadas as pessoas com deficiência se estendeu no Brasil até a década de 50 do século passado. As restrições relacionadas ao meio estudantil, e as poucas ofertas de atendimento educacional para os deficientes mentais comprovam o desinteresse da sociedade em prestar serviços a essa população.

O segundo estágio começa na Alemanha no século XVIII e se expande para a França. No Brasil ocorre no século XVIII e permanece até meados do século XIX. Nessa fase começa a aparecer as instituições que serviriam de “depósito” para as pessoas consideradas deficientes. Já que o objetivo era a segregação não existia o interesse no tratamento, cuidado e inserção dessas pessoas na sociedade. Mesmo com a criação de dois institutos no Brasil: “Instituto meninos cegos” e “Instituto dos surdos Mudos” as condições precárias não favoreceram o atendimento da demanda vigente naquele momento.

A terceira fase corresponde ao final do século XIX e meados do século XX. Esse período é marcado pela criação de escolas especiais que visa uma educação diferenciada às pessoas consideradas deficientes. A fim de poupar os gastos do governo em manter manicômios, asilos e evitar a segregação. A partir da década de 50 houve a expansão das classes especiais principalmente nas escolas públicas ou privadas sem fins lucrativos. Dessa forma, o governo foi isentado da obrigatoriedade do atendimento e assistência aos deficientes. Mas esse descaso em olhar a educação das pessoas com deficiência durou até meados da década de 50, pois em 1957 já como o investimento do governo é criada uma campanha para educação do surdo no Brasil.

Kassar (1998) afirma que ainda hoje com o pensamento liberal há o reforço das associações privadas em cuidar da pessoa com deficiência eximindo a responsabilidade do governo e seu afastamento gradativo.

Essa terceira fase que integra o deficiente aos bancos escolares tem como objetivo introduzi-lo a fim de educá-lo até que sua capacidade de entendimento se esgote. O governo num segundo momento passa a investir financeiramente na educação dessas pessoas.

Bianchetti (1998) salienta que a educação para esses indivíduos considerados deficientes serve para direcioná-lo a postos de trabalho específicos. Ao considerar a pouca capacidade de apreensão dos fatos, são relegados a postos operacionais agindo na “funcionalidade”.

A realidade social da pessoa com deficiência mesmo na década de 80, em que houve forte luta pelos seus direitos e a mudança na Constituição Federal Brasileira que garantiu a integração escolar e o atendimento educacional demonstra que na prática a realidade é diferente daquela que as leis afirmam. O fracasso dos professores em relação às pessoas com deficiência, a má estrutura arquitetônica que não colabora com a inserção, a falta de empenho e/ou desconhecimento do que se é possível fazer com aquele que é diferente representa alguns aspectos que precisam ainda ser mudados.

Não podemos desconsiderar o avanço que a integração trouxe para as pessoas diferentes se compararmos aos tempos em que esses indivíduos eram segregados. Porém houve quem questionasse em meados da década de 90 a nomenclatura “Integração”.

Surge então a 4ª fase, na qual mesmo diante de muitas controvérsias e discussões denominou o termo inclusão se referir as pessoas com necessidades especiais que são inseridas na escola. Os defensores da inclusão pretendem proporcionar às pessoas com deficiência um ambiente favorável ao seu aprendizado, bem como produzir o desenvolvimento bio-psico-social fazendo com que as diferenças sejam respeitadas e exista a eficácia na relação professor-aluno especial-escola-colegas.

A reformulação da LDB (Lei de diretrizes e bases da educação Nacional - 9.094/96) na intenção de reforçar a obrigatoriedade da educação para os deficientes assegurou a importância do preparo do professor a fim de melhor compreender a diversidade dos alunos, a oferta de educação especial de crianças até 6 anos bem como o investimento na qualidade do ensino dos alunos (Ferreira, 1998).

Diante desse panorama de dificuldades e limitações da educação das pessoas consideradas deficientes Lacerda (1998) chama atenção à peculiaridade da educação dos surdos. A história que retoma o século XVIII nos mostra a discriminação com que eram tratados esses deficientes. A exigência pela reabilitação através do incentivo da negação dos surdos, a intolerância dos chamados “normais” e a repressão com que eram tratados sinaliza o período que foi chamado de Oralismo. Nos anos 70 do século passado com o descontentamento do oralismo na tentativa de possibilitar a criança surda a integração social por meio da comunicação real a fim de que pudesse construir o seu mundo interno passou-se a pensar numa “comunicação total”. O indivíduo surdo a partir dessa perspectiva pode se comunicar por meio de sinais, fato esse que era proibido pelo oralismo. Como língua de sinais foi se tornando cada vez mais estruturada, houve um desenvolvimento na perspectiva de pensar a educação dos surdos. O desenvolvimento das propostas de comunicação total proporcionou então o surgimento da educação bilíngüe. Essa proposta ressalta que a criança surda pode ter um desenvolvimento cognitivo lingüístico semelhante ao das crianças “normais”, e, além disso, ter acesso à língua de sinais e língua majoritária. No Brasil de acordo com dados não oficiais o trabalho ainda está centrado a educação total. De qualquer forma, essas mudanças na forma de perceber os surdos provém de aspectos culturais e históricos, decorrentes da sociedade em que o surdo está inserido.

No âmbito geral da deficiência, muitos nomes foram utilizados a fim de melhor se referir as pessoas que apresentam alguma diversidade. Em cada época histórica a pessoa com deficiência é percebida a partir dos valores intrínsecos daquela sociedade.

De acordo com Sasaki (2005) até o século 20 as pessoas eram consideradas inválidas, ou seja, indivíduos sem valor que representavam um peso morto para a sociedade e para a família. A evolução ocorreu do século XIX até a década de 60, quando os deficientes passaram a ser vistos

como incapacitados. Porém ao longo dessa época começou a ser considerada suas capacidades residuais, ou seja, existia uma capacidade, mas limitada, e isso os reduzia em todos os aspectos físico, psicológico, social e profissional.

A partir da década de 60 até os anos 80 vários termos foram utilizados para se tentar evidenciar a diversidade são eles: indivíduos “defeituosos”, “deficientes” ou “excepcionais”. Nessa época a sociedade passou a não focalizar o que as pessoas não conseguiam fazer. No final da década de 80 até o início da década de 90 o termo utilizado foi “pessoa portadoras de deficiências” o que passou a se constituir como um valor agregado a pessoa. Diante dessa realidade substituiu-se o termo deficiência por “necessidade”, mas esse também foi eliminado. Hoje o termo utilizado é “pessoas com deficiência” o que contribuiu para o aumento da autonomia na tomada de decisões e aumento das responsabilidades no sentido de favorecer a inclusão.

Outro aspecto importante quando pensamos nas pessoas com deficiência é a classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF) que foi elaborada pela OMS (organização internacional de saúde) com o objetivo de registrar e organizar as informações relacionadas a diferentes estados de saúde. Nesse sentido torna-se útil registrara condição fiel e funcional da pessoa com deficiência além de traduzir uma linguagem padronizada que possibilita a comunicação com diversos meios (Brito & Battistela, 2002).

Os caminhos hoje traçados são no sentido de tentar se fazer uma inclusão mais justa, em que realmente insira as pessoas com deficiência e possibilite a elas uma melhor qualidade de vida, na qual se sintam realmente fazendo parte do contexto das pessoas que são consideradas normais.

Muitas lutas já foram travadas na tentativa dessa inserção, mas ainda há muito o que se fazer. Anexar uma pessoa com deficiência num ambiente diferente do qual ela convive diariamente não é tarefa fácil, porém não impossível. É preciso que exista qualificação dos profissionais, mais interesse do governo em relação à saúde do País como um todo, além da necessidade urgente na forma de perceber a pessoa com deficiência. As capacidades podem ser limitadas, as dificuldades são aparentes na maneira como se comportam na relação com os outros, mas isso não deve ser um empecilho para a real inserção, aquela que não exclui e compreende que há um diferença, mas considera que todos somos diferentes uns dos outros. Ao pensar por esse aspecto, ou seja, ao prepararmos a sociedade para olhar diferente a diferença, podemos estar realmente dizendo que estamos incluindo e aceitando todos da forma como são.

## REFERÊNCIAS

Bianchetti, L. (1998). Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: Bianchetti, L.; Freire, I. M. (orgs). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. São Paulo: Papyrus.

Miranda, A. (2003). *História, deficiência, e educação especial*. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental. São Paulo: Unimep.

Lacerda, C. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cadernos CEDES*, 19 (46), 68-80.

Kassar, M. (1998). Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. *Cadernos CEDES*, 19 (46), 16-28.

Ferreira, J.R. (1998). A nova LDB e as necessidades educativas especiais. *Cadernos CEDES*, 19 (46), 7-15.

Sasaki, R.K. (2005) *Como chamar as pessoas com deficiência*. São Paulo: Cortez.

Brito, C.M. & Battistella, L.R. (2002) Tendência e Reflexões: Classificação internacional de funcionalidade (CIF). *Acta Fisiátrica*, 9(2), 98-101.